



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA
(Parte 1 – Conhecimentos Gerais)

AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO MUNICIPAL – GESTÃO TRIBUTÁRIA

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

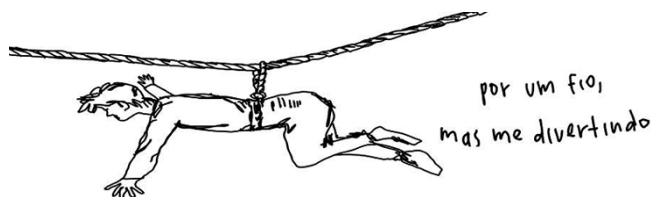
Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

01. Leia a charge.



(Estela May, "Péssimas influências". *Folha de S.Paulo*, 26.07.2023)

Com a informação "mas me divertindo", prioriza-se na charge a ideia de

- (A) parcimônia.
- (B) entretenimento.
- (C) descontentamento.
- (D) aborrecimento.
- (E) perplexidade.

Leia o texto para responder às questões de números 02 a 12.

Empreendedores culturais são o futuro que não demora

Há algo de bonito e triste que sempre me chama atenção na letra de *Fórmula Mágica da Paz*, dos Racionais MC's. Na letra, dizem que o espaço onde viviam nos anos 90 era como um campo minado, cheio de problemáticas estruturais. Mesmo assim, eles não desistiram de encontrar uma saída, uma solução. De lá para cá, passaram-se quase 30 anos e ainda identificamos pontos em comum com aquela realidade.

O país, que foi marcado pela colonização e conflitos diversos, é palco de características únicas que atravessam e reverberam até os dias de hoje tanto nas vivências como na expressão artística da população preta e pobre. Em 2019, enquanto prestava mentorias com OPreta para empreendedoras negras e indígenas a convite da Feira Preta, aprendi a usar uma expressão que define bem essa gana por sobrevivência, esse jeitinho brasileiro de não desistir nunca: a *sevirologia*, arte de se virar e achar uma solução para tudo.

O empreendedor cultural, assim como o empreendedor social, não busca somente resultados financeiros, mas também resultados com missão social-cultural. Esse empreendedor observa oportunidades, ou seja, onde o Estado atua de maneira desigual e insuficiente, lá está esse empreendedor investindo recursos financeiros ou não para realização de atividades que fomentem o bem-viver, a educação e formação de cidadãos.

De acordo com pesquisa da Unesco, antes da pandemia, segmentos culturais e criativos tinham previsão de gerar R\$ 43,7 bilhões para o Produto Interno Bruto (PIB) até 2021. Entretanto, conforme indicaram os resultados da Pesquisa da FGV, os setores de economia criativa, com atividades do setor cultural, estão entre os mais prejudicados pela recente crise sanitária.

Felizmente, não é difícil afirmar que há uma crescente positiva em relação às expressões artísticas empreendedoras e autônomas, em diferentes formatos, não só musicais. Vemos celulares simples como trampolins para pessoas saírem do anonimato e protagonizarem suas narrativas cotidianas, a exemplo disso destaco a Fernanda Souza (@correrua) e Jef Delgado (@jefdelgado), diretores criativos e fotógrafos que alcançaram grandes marcas e símbolos relevantes para a cultura nacional e internacional.

É possível que a associação não seja automática, mas acredito que pertencemos a uma geração que responde ao tempo. Refletimos o passado e desfrutamos, no presente, de direitos conquistados. Peço licença aos meus mais velhos para citar a ideologia de Sankofa, ao retornar ao passado ressignificamos o presente e construímos o futuro. E em minha opinião, no futuro, empreendedores culturais serão inevitáveis e contundentes para a sustentação da economia do país, talvez do mundo.

(Leila Evelyn dos Santos, "Empreendedores culturais são o futuro que não demora". *Folha de S.Paulo*, 28.07.2023. Adaptado)

02. O título do texto permite entender corretamente que é

- (A) iminente a presença transformadora dos empreendedores culturais no país.
- (B) flagrante a coerção social frente aos avanços dos empreendedores culturais.
- (C) incompreensível o papel dos empreendedores culturais na sociedade.
- (D) paulatina a manutenção da economia com ajuda dos empreendedores culturais.
- (E) inviável a transformação social-cultural pelos empreendedores culturais.

03. De acordo com a análise da autora, o conceito de "sevirologia" torna evidente que

- (A) o enfrentamento das injustiças sociais tornou-se possível com a mudança da mentalidade social-cultural das pessoas, e isso se reflete nas relações sociais, harmoniosas como nos anos 90.
- (B) os grupos marginalizados socialmente buscam espaço na sociedade contemporânea, e isso ocorre porque ainda as pessoas convivem com problemas que eram comuns nos anos 90.
- (C) a busca por sobrevivência tornou a vida um grande desafio nos centros urbanos, e isso vem se acentuando atualmente, criando uma situação provavelmente pensada nos anos 90.
- (D) a representatividade de grupos negros e indígenas passa por uma redefinição na sociedade, e isso acontece porque hoje eles é que ditam a cultura social, diferentemente do cenário dos anos 90.
- (E) os bens culturais têm estado mais próximos da população graças aos empreendedores culturais, e isso tem revoltado alguns grupos, que recriam o cenário problemático dos anos 90.

04. De acordo com a autora, o papel dos empreendedores culturais é visto como uma missão

- (A) social-cultural que complementa lacunas deixadas pelo Estado de forma a garantir o bem-estar social à população.
- (B) da Unesco que incentiva a economia criativa, como forma de reverter os prejuízos da classe artística após a pandemia.
- (C) econômica que visa ao investimento intenso nas áreas deficitárias da sociedade nas quais a grande rentabilidade é certa.
- (D) artística que tem como objetivo descobrir nomes influentes para colaborar em projetos sociais sem fins lucrativos.
- (E) social que articula diferentes momentos culturais do país, conscientizando a população sobre a importância da arte.

05. Considere as passagens do texto:

- O país, que foi marcado pela colonização e conflitos diversos, é palco de características únicas que atravessam e **reverberam** até os dias de hoje... (2º parágrafo)
- ... aprendi a usar uma expressão que define bem essa **gana** por sobrevivência... (2º parágrafo)
- ... para realização de atividades que **fomentem** o bem-viver, a educação e formação de cidadãos. (3º parágrafo)

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) influenciam; desejo; mantenham.
- (B) permanecem; sonho; provoquem.
- (C) repercutem; ímpeto; estimulem.
- (D) indignam; pretensão; impulsionem.
- (E) importunam; impulso; cerceiem.

06. A expressão destacada e empregada em sentido figurado, conferindo um valor positivo ao enunciado, está presente em:

- (A) ... dizem que o espaço onde viviam nos anos 90 era como um **campo minado**... (1º parágrafo)
- (B) ... mas acredito que pertencemos a uma geração que responde **ao tempo**. (6º parágrafo)
- (C) ... lá está esse empreendedor investindo **recursos financeiros** ou não... (3º parágrafo)
- (D) O país, que foi marcado pela colonização e **conflitos diversos**... (2º parágrafo)
- (E) Vemos celulares simples **como trampolins** para pessoas saírem do anonimato... (5º parágrafo)

07. No último parágrafo do texto, na passagem – **Peço licença** aos meus mais velhos para citar a ideologia de Sankofa... –, a expressão destacada confere ao enunciado sentido de

- (A) desdém.
- (B) humor.
- (C) ironia.
- (D) respeito.
- (E) submissão.

08. A regência verbal atende à norma-padrão em:

- (A) Você detesta ou adora a ideia que os Racionais MC's expressam na letra da música?
- (B) Você concorda ou discorda da ideia que os Racionais MC's expressam na letra da música?
- (C) Você entende ou se confunde com a ideia que os Racionais MC's expressam na letra da música?
- (D) Você adere ou contesta a ideia que os Racionais MC's expressam na letra da música?
- (E) Você se empolga ou se opõe à ideia que os Racionais MC's expressam na letra da música?

09. Na passagem do 5º parágrafo – ... não é difícil afirmar **que** há uma **crescente** positiva... –, os termos destacados pertencem, correta e respectivamente, às mesmas classes de palavras daqueles destacados em:

- (A) É preciso perseverar para **que** atividades **culturais** sejam garantidas a toda a população.
- (B) Espera-se **que** a **virada** cultural seja um momento de grande interação dos cidadãos.
- (C) Os cidadãos **que** ajudaram a organizar o evento sabem da sua **imensa** importância.
- (D) Durante o evento, foram apresentados novos grupos musicais, **que** embalaram a **noite**.
- (E) **Que** fantástico poder contar com o **multiculturalismo**, sobretudo nas grandes cidades!

10. O período do 1º parágrafo – De lá para cá, passaram-se quase 30 anos e ainda identificamos pontos em comum com aquela realidade. – está reescrito em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal e de colocação pronominal em:

- (A) Identifica-se ainda pontos em comum com aquela realidade, e se foram 30 anos, de lá para cá.
- (B) Passaram-se 30 anos, de lá para cá, e ainda se identificam pontos em comum com aquela realidade.
- (C) Se passaram 30 anos, de lá para cá, e ainda se identifica pontos em comum com aquela realidade.
- (D) 30 anos são passados, de lá para cá, e ainda identifica-se pontos em comum com aquela realidade.
- (E) De lá para cá, já foi 30 anos, e ainda identificam-se pontos em comum com aquela realidade.

11. Assinale a alternativa em que a vírgula separa uma expressão explicativa.

- (A) **Em 2019**, enquanto prestava mentorias com OPreta para empreendedoras negras e indígenas...
- (B) **De lá para cá**, passaram-se quase 30 anos e ainda identificamos pontos em comum com aquela realidade.
- (C) ... o espaço onde viviam nos anos 90 era como um campo minado, **cheio de problemáticas estruturais**.
- (D) **Entretanto**, conforme indicaram os resultados da Pesquisa da FGV, os setores de economia criativa...
- (E) ... não busca somente resultados financeiros, **mas também resultados com missão social-cultural**.

12. Na passagem do 3º parágrafo – ... investindo recursos financeiros ou não **para** realização de atividades que fomentem o bem-viver... –, a preposição destacada exprime sentido de

- (A) propriedade, equivalendo a “adequados a”.
- (B) avaliação, equivalendo a “com relação a”.
- (C) utilidade, equivalendo a “em proveito de”.
- (D) direção, equivalendo a “com destino a”.
- (E) finalidade, equivalendo a “como o propósito de”.

13. Leia a tira a seguir.



(Bob Thaves, *Frank & Ernest*. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/cultura/quadrinhos>, 28.07.2023. Adaptado)

De acordo com a norma-padrão, a lacuna da tira deve ser preenchida com a frase:

- (A) Não estou perguntando do tempo ao qual o mundo todo está sujeito, de cujas regras ninguém pode fugir
- (B) Não estou perguntado à você sobre o tempo que o mundo todo está sujeito, a cujas regras ninguém pode ser opor
- (C) Não perguntei-lhe do tempo que o mundo todo está sujeito, em cujas regras as pessoas não podem se afastar
- (D) Não perguntei do tempo do qual todo mundo está sujeito, de cujas regras ninguém pode esquecer
- (E) Não o perguntei sobre o tempo no qual todo mundo está sujeito, à cujas regras ninguém pode se contrapor

Leia o texto para responder às questões de números 14 a 18.

Uma estatística

As crianças,
sem um tiro aliás,
e isso é que tornava o caso ainda mais espantoso,
morriam mais do que índios nos filmes norte-americanos,
e quando a gente acaso perguntava, para se mostrar atenciosos
“Quantos filhos a senhora tem, comadre?”

A comadre respondia, com ternura:

“Eu tenho quatro filhos e nove anjinhos.”

(Mario Quintana, *Da preguiça como método de trabalho*. 2013)

14. O poema retrata um problema social relacionado

- (A) à violência doméstica.
- (B) ao abandono de crianças.
- (C) à influência cinematográfica.
- (D) à mortalidade infantil.
- (E) ao uso de armas de fogo.

15. No poema, identifica-se uma interpelação ao interlocutor do eu lírico em:

- (A) “Quantos filhos a senhora tem, comadre?”
- (B) e isso é que tornava o caso ainda mais espantoso.
- (C) A comadre respondia, com ternura.
- (D) As crianças, / sem um tiro aliás.
- (E) e quando a gente acaso perguntava.

16. Nos versos – sem um tiro **aliás** – e – e quando a gente **acaso** perguntava, para se mostrar atenciosos –, os termos destacados exprimem, correta e respectivamente, sentidos de

- (A) tempo e causa.
- (B) realce e dúvida.
- (C) realce e modo.
- (D) modo e dúvida.
- (E) correção e causa.

17. O plural em “norte-americanos” se dá pela mesma regra do plural do termo destacado em:

- (A) Comprou uma camisa **azul-marinho** para participar da entrevista de emprego.
- (B) O mais antigo hospital da cidade agora está com o muro pintado de **verde-claro**.
- (C) Comprou uma gravata **verde-oliva**, pois combinaria com seu traje para o evento.
- (D) Moradores do bairro reclamam de cartazes ali espalhados de fundo **azul-celeste**.
- (E) O menino **surdo-mudo** começou a estudar libras com um excelente professor.

18. Em conformidade com a norma-padrão, no verso – e quando a gente acaso perguntava, para se mostrar atenciosos –, substituindo-se “a gente” por “nós”, obtém-se:

- (A) e quando nós acaso perguntávamos, para se mostrarmos atenciosos.
- (B) e quando nós acaso perguntávamos, para mostrarmos-nos atenciosos.
- (C) e quando nós acaso perguntássemos, para mostrarmos-nos atenciosos.
- (D) e quando nós acaso perguntamos, para se mostrar atenciosos.
- (E) e quando nós acaso perguntávamos, para nos mostrarmos atenciosos.

Leia o texto para responder às questões de números 19 a 25.

Os rumos do Plano Diretor de SP

Desde 2020, a revisão do Plano Diretor de São Paulo divide urbanistas. Após a primeira votação na Câmara, há três semanas, a celeuma se espalhou pelo debate público paulistano. Isso é positivo. Cidadãos se responsabilizando por sua cidade são, por definição, a base de uma cidadania construtiva. Mas as emoções extremadas sugerem uma contaminação desastrosa das políticas urbanas pela política partidária.

O Plano vigente em São Paulo foi aprovado em 2014 para valer até 2029, com a meta de “reduzir as desigualdades socioterritoriais para garantir, em todos os distritos da cidade, o acesso a equipamentos sociais, a infraestrutura e a serviços urbanos”.

Como outras metrópoles nas Américas, o crescimento de São Paulo foi rápido, desordenado e orientado ao transporte individual. O resultado são as chamadas cidades 3D: distantes, desordenadas e desconectadas. Ao contrário da expansão típica dos EUA em subúrbios de classe média e baixa densidade, no Brasil prevaleceu a aglomeração de pessoas pobres nas periferias, de onde realizam longos deslocamentos em transportes públicos parcos e precários atrás de emprego, serviços e lazer no centro.

O Plano previu mais potencial construtivo e incentivos à construção para que espaços num raio de 600 metros das estações de metrô e numa margem de 300 metros dos corredores de ônibus sejam mais densos, verticalizados e de uso misto. A revisão propõe ampliar essas áreas, respectivamente, para 800 e 450 metros.

Assim, a revisão segue a proposta de “adensamento inteligente”. Longe de fazer terra arrasada do Plano, ela o amplia. Pode-se divergir se essa ampliação é mais ou menos inteligente, mas é estranho os críticos denunciarem o “caos” e a “destruição” a serviço da “voracidade” das incorporadoras. Se há essa voracidade, ela reflete o desejo dos cidadãos de morarem, trabalharem e se divertirem próximos uns aos outros, anseio que é a essência da cidade. A de São Paulo continua crescendo em população e renda. Construtores procuram atender a essa demanda onde for permitido, e, quanto maior a oferta, menor será o custo para viver na cidade.

É legítimo questionar a ideia do Plano de concentrar as ofertas nos eixos de transporte e, também, a ideia da revisão de ampliar essa concentração. Mas parece exagero, politicamente motivado, prever o “caos” se elas forem aprovadas. Pode-se discutir se 100 metros a mais ou a menos farão alguma diferença, mas o Plano, no seu conjunto, busca aproximar as pessoas da infraestrutura, dos serviços urbanos e dos equipamentos sociais, de modo a cumprir sua promessa de “reduzir as desigualdades socio-territoriais”.

(Opinião. <https://www.estadao.com.br/opiniaio>, 26.06.2023. Adaptado)

19. Ao discutir a revisão do Plano Diretor da cidade de São Paulo, o editorial considera que o debate público paulistano é

- (A) frustrante, colocando em risco o surgimento de uma cidadania construtiva, porque as vozes contraditórias passam a criar discursos confusos, mistos de racionalidade e emoções exageradas, pouco preocupados com a cidade.
- (B) desejável, fortalecendo uma cidadania construtiva, que se fundamenta em políticas urbanas alinhadas às políticas partidárias, o que permite que se coibam emoções extremadas de grupo contrário a esse processo democrático.
- (C) positivo, criando as bases de uma cidadania construtiva, que se fortalece, sobretudo, com o equilíbrio, quando os discursos pautados pela emoção extrema se rendem à racionalidade de políticas urbanas conjugadas às políticas partidárias.
- (D) saudável, sinalizando uma cidadania construtiva, pois os cidadãos arregimentam para si a responsabilidade de zelar por sua cidade, excetuando-se, evidentemente, os contextos dominados pelas emoções extremadas.
- (E) preocupante, comprometendo o estabelecimento de uma cidadania construtiva, uma vez que as concepções dissonantes daqueles que defendem as mudanças previstas se revestem de uma racionalidade hermética e um saber unilateral.

20. De acordo com o texto, a ideia de cidades 3D é aplicável no caso de São Paulo porque sua periferia caracteriza-se pela
- (A) diferença com a expansão típica dos Estados Unidos, onde prevaleceu a aglomeração de pessoas pobres nas periferias, carentes de serviços básicos e empregos.
 - (B) aglomeração de pessoas pobres, que realizam longos deslocamentos em transportes públicos parques e precários atrás de emprego, serviços e lazer no centro.
 - (C) baixa aglomeração de pessoas pobres, que encontram no próprio lugar onde moram emprego, serviços e lazer, que também podem ser encontrados no centro.
 - (D) aglomeração de classe média, que eventualmente realiza deslocamentos em transportes públicos precários atrás de emprego, serviços e lazer nos grandes centros.
 - (E) semelhança com as zonas periféricas dos Estados Unidos, cujos subúrbios são de classe média e com baixa densidade, havendo total dependência dos grandes centros.
21. Um argumento utilizado no editorial para rebater o ponto de vista dos opositores da revisão do Plano Diretor de São Paulo é
- (A) a diminuição das desigualdades socioterritoriais.
 - (B) o crescimento da cidade, em população e renda.
 - (C) a fragilidade da ideia de adensamento inteligente.
 - (D) o desejo de isolamento da maioria dos cidadãos.
 - (E) a ânsia de lucros dos agentes construtores.
22. Na argumentação desenvolvida no texto, o adjetivo destacado está empregado com conotação negativa em:
- (A) ... em transportes públicos **parcos** e precários... (3º parágrafo)
 - (B) ... se espalhou pelo debate **público** paulistano. (1º parágrafo)
 - (C) ... **menor** será o custo para viver na cidade. (5º parágrafo)
 - (D) É **legítimo** questionar a ideia do Plano... (6º parágrafo)
 - (E) O Plano **vigente** em São Paulo foi aprovado... (2º parágrafo)
23. Na passagem – ... é estranho os críticos denunciarem o “caos” e a “destruição” a serviço da “voracidade” das incorporadoras. (5º parágrafo) –, o emprego das aspas nos três termos deve-se à
- (A) imprecisão das palavras empregadas pela população da cidade.
 - (B) citação de termos constantes no texto da revisão do Plano Diretor.
 - (C) ênfase do jornal para mostrar aquiescência com tais ideias.
 - (D) incoerência do Plano Diretor, ao usar inadvertidamente tais palavras.
 - (E) alusão a termos usados pelos críticos ao Plano Diretor de São Paulo.
24. A concordância nominal e a concordância verbal estão de acordo com a norma-padrão em:
- (A) O trabalho e a residência próximo ao lazer pode ser uma forma de os cidadãos terem mais qualidade de vida, e isso pode ser conquistado com o Plano Diretor.
 - (B) Posicionamentos favorável e desfavorável à revisão do Plano Diretor opõe parcelas consideráveis da população sobretudo quanto a questões socio-territoriais.
 - (C) A maioria das mudanças polêmicas do Plano Diretor dispõem sobre concentração, que pretende ampliar ofertas próximas aos eixos de transporte na cidade.
 - (D) De acordo com o Plano Diretor, é proibido a ampliação da concentração em áreas próximas a metrô e corredores de ônibus, mas isso pode ser alterado na revisão.
 - (E) No entorno de São Paulo existe cidades que se pode classificar como 3D, considerando-se que são distantes, desordenadas e desconectadas do grande centro.
25. Quando se _____ um debate delicado como a revisão do Plano Diretor, é preciso esclarecer que, se algo _____ a ser discutido, é porque se aspira _____ redução das desigualdades socioterritoriais, garantindo _____ população acesso a equipamentos sociais, a infraestrutura e a serviços urbanos. Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:
- (A) medeia ... vier ... à ... à
 - (B) medeia ... veem ... a ... à
 - (C) media ... vier ... a ... a
 - (D) media ... vir ... à ... à
 - (E) medeia ... vir ... à ... a

MÉTODOS QUANTITATIVOS E RACIOCÍNIO LÓGICO

26. Um capital de \$25.000,00 foi aplicado durante 7 meses e rendeu juros (simples) de \$7.875,00. A taxa correspondente foi de

- (A) 5,0% a.m.
- (B) 5,5% a.m.
- (C) 5,75% a.m.
- (D) 4,5% a.m.
- (E) 3,5% a.m.

27. Um trabalhador do setor têxtil aplicou \$15.000,00 em um título de renda fixa com vencimento em 61 dias a uma taxa de 72% a.a. Qual foi o valor resgatado no final do período, sabendo que a taxa contratada é capitalização composta?

- (A) \$15.192,12
- (B) \$16.189,22
- (C) \$16.443,73
- (D) \$14.843,22
- (E) \$15.799,10

28. Sabendo que a taxa Selic, cuja fixação é feita pelo Copom (órgão do Banco Central), é igual a 13,75% ao ano e o IPCA/IBGE, projetado para 12 meses, corresponde a 5,12%, é correto afirmar que a taxa de juros real na economia brasileira é igual a

- (A) 8,21% a.a.
- (B) 8,63% a.a.
- (C) 2,33% a.a.
- (D) 1,14% a.a.
- (E) 5,30% a.a.

29. Uma duplicata no valor de \$28.800,00, com 4 meses para o seu vencimento, é descontada a uma taxa de 2,5% a.m., de acordo com o conceito de desconto composto por fora. O valor líquido creditado na conta e o valor do desconto concedido são, respectivamente:

- (A) \$23.932,06 e \$1.870,88
- (B) \$26.026,21 e \$2.773,79
- (C) \$24.133,77 e \$2.398,12
- (D) \$23.622,91 e \$1.732,88
- (E) \$24.233,55 e \$2.461,99

30. Um empréstimo de \$200.000,00 será pago mensalmente em 10 prestações com taxa de 8,5% a.m pelo sistema SAC. Por conta dessas informações, o valor do juros correspondente ao 5º pagamento será:

- (A) \$20.000,00
- (B) \$14.200,00
- (C) \$12.400,00
- (D) \$18.500,00
- (E) \$10.200,00

R A S C U N H O

31. Foram analisados 40 trabalhos de conclusão de curso (TCC). Em cada TCC contou-se o número de vezes que um certo livro da área foi citado, resultando na distribuição de frequências a seguir:

Número de citações	Frequência
0	4
1	14
2	10
3	10
6	1
10	1

Calcule a média, a mediana e a moda do número de citações do livro. Some as três medidas. O resultado é:

- (A) 10.
(B) 5.
(C) 12.
(D) 6.
(E) 8.
32. A probabilidade de Fulano receber uma mensagem pelo canal A é 0,8; pelo canal B é 0,4; e por ambos os canais é 0,5. Qual é a probabilidade de Fulano receber uma mensagem de, pelo menos, um dos canais?
- (A) 0,88.
(B) 0,32.
(C) 0,90.
(D) 0,70.
(E) 1,00.
33. Pelas ocorrências do passado, avalia-se que a probabilidade de se encontrar um erro contábil em certo tipo de processo é igual a 0,8. Se chegam cinco processos desse tipo e supondo que o fato de um processo ter algum erro contábil não altera a probabilidade de outros terem algum erro contábil (independência entre os eventos), calcule a probabilidade de se encontrar dois ou mais processos com erros contábeis nesse lote de cinco processos.
- O valor dessa probabilidade é:
- (A) 0,80000.
(B) 0,72000.
(C) 0,20000.
(D) 0,88242.
(E) 0,99328.

34. A seguir é apresentada uma amostra aleatória simples de cinco observações do par de variáveis aleatórias (X, Y):

x	y
1	8
2	6
3	4
4	2
5	0

Para essa amostra, o Coeficiente de Correlação Linear de Pearson é igual a

- (A) 0.
(B) 0,5.
(C) -1.
(D) 1.
(E) -0,5.
35. Para se comparar dois métodos de ensino (A e B) dividiu-se, aleatoriamente, uma turma de estudantes em dois grupos. Um grupo foi submetido ao método A e o outro grupo ao método B, sem interação entre os estudantes. Ao término do período, todos os estudantes foram submetidos a uma prova individual sobre a matéria ensinada no período. O objetivo é testar se estudantes submetidos ao método A tendem a ter, em média, melhores desempenhos na prova do que estudantes submetidos ao método B. Supondo que as distribuições de desempenho na prova, em ambos os grupos, tenham distribuições normais de igual variância, um teste estatístico apropriado para esse caso é:
- (A) Teste t para amostras independentes.
(B) Teste t para amostras pareadas.
(C) Teste de duas proporções.
(D) Teste de independência qui-quadrado.
(E) Teste de homogeneidade qui-quadrado.
36. Considere a seguinte afirmação: "Todos os trabalhadores da empresa Alfa têm idades acima de 20 anos ou são casados".
- Uma negação lógica para a afirmação apresentada está contida na alternativa:
- (A) Existe trabalhador da empresa Alfa que tem idade abaixo ou igual a 20 anos ou não é casado.
(B) Todos os trabalhadores da empresa Alfa têm idades abaixo ou igual a 20 anos e não são casados.
(C) Todos os trabalhadores da empresa Alfa têm idades abaixo ou igual a 20 anos ou não são casados.
(D) Existe trabalhador da empresa Alfa que tem idade abaixo ou igual a 20 anos e não é casado.
(E) Nenhum trabalhador da empresa Alfa tem idade acima de 20 anos ou é casado.

37. Considere falsa a afirmação “Sandro é funcionário público e Roberta é profissional liberal” e verdadeira a afirmação “Se Sandro é funcionário público, então Roberta é profissional liberal”.

Nessas condições, é necessariamente

- (A) falsidade que Roberta é profissional liberal.
- (B) verdade que Roberta é profissional liberal.
- (C) verdade que Sandro é funcionário público.
- (D) verdade que Sandro e Roberta são funcionários públicos.
- (E) falsidade que Sandro é funcionário público.

38. Na sequência numérica 1, 2, 3, 2, 3, 4, 3, 4, 5, 4, 5, 6, 5, ..., o primeiro elemento é o número 1. Mantida a regularidade da sequência, o centésimo quadragésimo quarto elemento da sequência é o número

- (A) 48.
- (B) 47.
- (C) 49.
- (D) 50.
- (E) 51.

39. Cada nota de R\$ 50,00, R\$ 100,00 e R\$ 200,00 está no interior de um envelope, na cor verde, cinza ou branca. Dirce, Hugo e Valter sabem em qual envelope está cada nota e afirmaram o seguinte:

Dirce: A nota de R\$ 200,00 está no envelope na cor cinza.

Valter: No envelope na cor verde não está a nota de R\$ 200,00.

Hugo: No envelope na cor branca não está a nota de R\$ 50,00.

Sabendo-se que apenas um deles está mentindo, é correto afirmar que as notas de R\$ 50,00, R\$ 100,00 e R\$ 200,00, nessa ordem, estão, respectivamente, nos envelopes nas cores

- (A) branca, cinza e verde.
- (B) branca, verde e cinza.
- (C) cinza, verde e branca.
- (D) verde, branca e cinza.
- (E) cinza, branca e verde.

40. Lorena, Elisa, Raquel e Mariana têm 27, 33, 42 e 45 anos, não necessariamente nessa ordem. Cada uma delas tem um veículo de marcas distintas, sendo elas A, B, C e D, e reside em cidades também distintas, sendo elas Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema, não necessariamente nas ordens apresentadas. Sabe-se que a que tem a maior idade tem veículo da marca B e não reside em São Bernardo e, tampouco, em São Caetano; Lorena é mais nova do que Raquel, não tem veículo da arca D e reside em Santo André; a mais nova do grupo reside em São Bernardo e tem veículo da marca A; Mariana não tem veículo da marca D e é mais velha que Lorena e que Raquel.

Assinale a alternativa que associa corretamente essas pessoas às suas idades, aos seus veículos, ou às cidades em que residem.

- (A) Lorena tem 42 anos.
- (B) Lorena tem veículo da marca C.
- (C) Raquel reside em Santo André.
- (D) Mariana reside em São Caetano.
- (E) Raquel tem 33 anos.

R A S C U N H O

41. A imunidade tributária constitui uma das limitações ao poder de tributar e veda que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios

- (A) instituem impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros e das autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às dela decorrentes.
- (B) instituem tributos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, inclusive na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.
- (C) instituem tributos sobre os livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.
- (D) cobrem tributos sobre templos de qualquer culto e das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.
- (E) cobrem tributos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

42. A competência tributária consiste na parcela do poder de tributar, atribuída pelo Poder Constituinte aos entes tributantes, assim entendidos a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

A respeito da competência tributária, é correto afirmar que

- (A) os Municípios, na medida em possuem apenas competência legislativa suplementar, dependerão da prévia autorização legislativa da Constituição do Estado ao qual pertençam, para que possam exercer sua competência tributária.
- (B) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, embora investidos pela Constituição Federal, dependem da autorização de lei federal para exercê-la.
- (C) o Distrito Federal, por possuir competência tributária cumulativa, é autorizado pela Constituição Federal a exigir os mesmos impostos tributados pela União.
- (D) os Estados poderão delegar parte de sua competência tributária aos Municípios para atender às particularidades desses em casos autorizados pela Constituição Federal.
- (E) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios possuem competência tributária própria, conforme discriminada pela Constituição Federal, mas poderão deixar de exercê-la, haja vista que seu exercício é facultativo.

43. Tratando-se de imposto novo, e, portanto, ainda não previsto no texto constitucional, é correto afirmar que a competência tributária para sua instituição será

- (A) de qualquer dos entes tributantes que poderão instituí-lo, por lei ordinária, no âmbito de suas, respectivas, competências concorrentes.
- (B) da União, dos Estados e do Distrito Federal que poderão instituí-lo, por lei complementar, no âmbito de suas, respectivas, competências privativas.
- (C) da União que poderá instituí-lo, por lei complementar, no âmbito de sua competência residual.
- (D) de qualquer dos entes tributantes que poderão instituí-lo, por lei complementar, no âmbito de suas, respectivas, competências privativas.
- (E) de qualquer dos entes tributantes que poderão instituí-lo, por lei complementar, no âmbito de suas, respectivas, competências exclusivas.

44. Segundo o regramento constitucional, no que se refere às contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, é correto afirmar que

- (A) terão alíquotas *ad valorem* tendo por base a unidade de medida adotada na exportação e na importação de bens ou serviços.
- (B) incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação e também sobre a importação de bens ou serviços.
- (C) incidirão sobre bens ou serviços cujo destinatário seja pessoa jurídica, não podendo a pessoa natural ser equiparada para esse fim.
- (D) poderão ter alíquotas *ad valorem* tendo por base o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação e, no caso de importação, o valor aduaneiro.
- (E) incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação de bens ou serviços e não incidirão sobre a importação de serviços.

45. No que se refere ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), é correto afirmar que

- (A) incide sobre imóveis localizados em zona urbana ou urbanizável, assim definida em lei municipal, desde que exista, pelo menos, escola primária a uma distância mínima de 5 quilômetros do imóvel considerado e aterro sanitário.
- (B) no caso de o promitente vendedor do imóvel ser o próprio município, a imunidade de que este goza exonera o promitente comprador de pagar o imposto.
- (C) a base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, nele considerado o valor dos bens móveis mantidos no imóvel, em caráter permanente ou temporário, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.
- (D) a incidência do imposto sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no Código Tributário Nacional, para fins da exigência do imposto.
- (E) incide sobre imóveis localizados em zona urbana, assim entendida a definida em lei municipal, desde que exista, pelo menos, aterro sanitário e posto de saúde a uma distância mínima de 3 quilômetros do imóvel considerado.

46. Considerando a situação hipotética na qual determinado município faça publicar lei instituindo uma taxa para custear os serviços de iluminação pública, adotando em sua base de cálculo um dos elementos da base de cálculo própria do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e considerando que referida lei entrará em vigor a partir de 20 de janeiro do ano seguinte àquele em que a lei for publicada, é correto afirmar que a exação será
- (A) constitucional, visto que os Municípios e o Distrito Federal têm competência para instituir tributo para o custeio de serviços de iluminação pública.
 - (B) inconstitucional, porque esse tipo de serviço não pode ser remunerado mediante taxa.
 - (C) constitucional, visto que a norma instituidora atendeu plenamente aos princípios jurídicos tributários.
 - (D) constitucional por ser admissível a adoção, na base de cálculo das taxas, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
 - (E) inconstitucional, pois o serviço público prestado não é específico nem divisível, de modo a configurar fato gerador de taxa.
47. Acerca do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), é correto afirmar que, por força de disposição constitucional,
- (A) não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que as entidades abrangidas pela imunidade constitucional sejam apenas locatárias do imóvel.
 - (B) suas alíquotas não poderão ser diferenciadas de acordo com a localização e uso do imóvel.
 - (C) por afronta ao princípio da capacidade contributiva, não poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel.
 - (D) tem, como sujeitos passivos subsidiários, o proprietário, o possuidor e o locatário do imóvel.
 - (E) tem, como única possibilidade de progressividade, o não atendimento à função social da propriedade, conforme definida no plano diretor do município.
48. A atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que a imunidade conferida às entidades de educação sem fins lucrativos incide sobre quaisquer bens, patrimônio ou serviços de tais instituições, desde que vinculados às suas atividades essenciais, tendo natureza
- (A) objetiva.
 - (B) subjetiva.
 - (C) *sui generis*.
 - (D) complexa.
 - (E) mista.
49. O princípio da anterioridade impede que os entes tributantes cobrem tributos, ressalvados aqueles que a própria Constituição específica, no mesmo exercício financeiro em que façam publicar a lei que institua ou majore tais tributos.
- Deve observância obrigatória ao referido princípio o
- (A) imposto extraordinário de guerra.
 - (B) empréstimo compulsório, instituído no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
 - (C) imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF).
 - (D) imposto sobre produtos industrializados (IPI).
 - (E) imposto predial e territorial urbano (IPTU).
50. Acerca do imposto sobre a transmissão onerosa de bens imóveis – (ITBI), ocorrendo a consolidação da propriedade em razão do inadimplemento do devedor fiduciante, é correto afirmar, com base na jurisprudência doSTJ, que
- (A) nessa operação, embora haja fato gerador do imposto, não haverá pagamento, porque se trata de transmissão do direito real de garantia, que é hipótese de exclusão tributária constitucionalmente qualificada.
 - (B) nas operações diretas, sem intermediação de instituição financeira, incide sobre a compra e venda entre vendedor e comprador e não sobre a constituição da garantia, assim, se a garantia é executada em razão do inadimplemento do fiduciante, não há novo fato gerador do imposto.
 - (C) quando a propriedade se consolida em nome do credor fiduciário, por causa do inadimplemento do devedor fiduciante, ocorre novo fato gerador, conforme definido na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional, consubstanciado na efetiva transferência do direito real, em sua plenitude, em favor do credor e, por esse motivo, incide o imposto.
 - (D) na transferência de imóvel pela compra e pela venda feitas com alienação fiduciária, há incidência do imposto em razão da compra e venda, mas não há incidência do imposto sobre o direito real de garantia oriundo do pacto acessório de alienação fiduciária, porquanto legalmente excetuado como hipótese de incidência, motivo pelo qual a operação inversa também não caracteriza hipótese de incidência do imposto.
 - (E) nessa operação, não há transferência de propriedade, posto que previamente ela já foi dada em garantia pelo devedor fiduciante ao credor fiduciário, como consequência do pacto acessório de alienação fiduciária, motivo pelo qual eventual nova cobrança do imposto caracterizará bitributação, vedada constitucionalmente.

51. De acordo com o que dispõe o Código Tributário Nacional, acerca da legislação tributária, assinale a alternativa na qual constam duas normas complementares.
- (A) As decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia executiva e os decretos que versem sobre tributos.
 - (B) Tratados e convenções internacionais e decretos que versem, no todo ou em parte, sobre tributos.
 - (C) Os decretos que versem sobre tributos e os convênios que entre si celebrem a União e os Estados.
 - (D) As práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas e os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.
 - (E) As leis complementares e as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia executiva.
52. De acordo com o que dispõe o Código Tributário Nacional, assinale a assertiva correta no que se refere à vigência da legislação tributária.
- (A) Os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra sua publicação.
 - (B) As decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa, entram em vigor na data de sua publicação.
 - (C) Entram em vigor na data de sua publicação os dispositivos de lei que reduzem ou extinguem isenções.
 - (D) A legislação tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigora, no País, fora dos respectivos territórios, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participem, ou do que disponham o Código Tributário Nacional ou outras leis de normas gerais expedidas pela União.
 - (E) A vigência, no espaço e no tempo, da legislação tributária, com as ressalvas previstas no Código Tributário Nacional, rege-se pelas disposições aplicáveis às normas jurídicas de Direito financeiro e orçamentário.
53. No tocante à aplicação da legislação tributária, estabelece o Código Tributário Nacional que a lei aplica-se ao ato ou fato pretérito
- (A) em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
 - (B) tratando-se de ato definitivamente julgado quando deixe de defini-lo como infração.
 - (C) em qualquer caso, desde que seja mais favorável ao acusado por infração à legislação tributária.
 - (D) tratando-se de ato definitivamente julgado quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo.
 - (E) tratando-se de ato definitivamente julgado quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo de sua prática.
54. Na interpretação e na integração da legislação tributária, conforme autoriza o Código Tributário Nacional, utilize-se, exceto para definição dos respectivos efeitos tributários, para pesquisa da definição do conteúdo e do alcance de seus institutos, os princípios gerais de Direito
- (A) Administrativo.
 - (B) Financeiro.
 - (C) Orçamentário.
 - (D) Público.
 - (E) Privado.
55. Determina o Código Tributário Nacional que, na sucessão empresarial, o sucessor, continuando a respectiva exploração, responderá pelos tributos relativos ao estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato.
- No que se refere às multas moratórias e punitivas, a responsabilidade tributária do sucessor
- (A) é inaplicável por falta de permissivo legal que a autorize, visto que, de acordo com o Código Tributário Nacional, a responsabilidade tributária só se impõe em virtude de lei.
 - (B) abrange, além dos tributos devidos pelo sucedido, as multas moratórias ou punitivas, que, por representarem dívida de valor, acompanham o passivo do patrimônio adquirido pelo sucessor, desde que seu fato gerador tenha ocorrido até a data da sucessão.
 - (C) é inaplicável ao sucessor, visto que tanto as multas moratórias quanto as punitivas decorrem da mora ou de infração praticadas pelo sucedido até a data da sucessão, o que lhe impõe as consequências advindas da responsabilidade pessoal.
 - (D) é aplicável aos tributos e às multas moratórias, desde que já inscritas à época da sucessão, posto ser imprescindível o prévio lançamento de ofício para esse fim e inaplicável às multas punitivas que, por decorrerem de infrações contra a legislação tributária, impõem a responsabilidade pessoal ao sucedido.
 - (E) abrange os tributos e a multa moratória devida em razão do atraso do pagamento dos tributos pelo sucedido, mas não as punitivas que decorrem de infrações contra a legislação tributária às quais se impõe a responsabilidade pessoal do sucedido.

56. Acerca do direcionamento da execução fiscal contra sócios e administradores de sociedade executada com fundamento na dissolução irregular e na respectiva responsabilidade tributária daqueles, é correto afirmar, de acordo com o entendimento das Cortes Superiores, que:

- (A) o inadimplemento da obrigação tributária gera, por si só, a responsabilidade de seus sócios e administradores, autorizando o redirecionamento da execução fiscal contra eles, independentemente da dissolução ou não da sociedade, seja ela regular ou irregular.
- (B) a presunção da dissolução irregular da sociedade, por deixar de funcionar em seu domicílio fiscal, sem a devida comunicação aos órgãos competentes, não comporta prova em contrário, autorizando, de plano, o redirecionamento da execução fiscal contra seus sócios e administradores.
- (C) quando fundado na dissolução irregular da sociedade ou na presunção de sua ocorrência, o redirecionamento da execução fiscal pode ser autorizado contra sócio ou terceiro não sócio que exercesse poderes de gerência ao tempo do fato gerador, independentemente de incorrer na prática de atos com excesso de poderes, embora dela tenha se retirado regularmente, sem dar causa à dissolução irregular.
- (D) para que seja autorizado o redirecionamento da execução fiscal contra sócio ou terceiro não sócio, é suficiente o inadimplemento do tributo e a ausência de bens da sociedade que possam garantir a execução, independentemente de estar dissolvida ou não, e que um ou outro estivesse exercendo a gerência na data da ocorrência do fato gerador não adimplido, por autorização expressa do Código Tributário Nacional no que se refere à responsabilidade de terceiros.
- (E) o redirecionamento da execução fiscal pode ser autorizado contra o sócio ou o terceiro não sócio, com poderes de administração na data em que, configurada ou presumida a dissolução irregular, ainda que não tenha exercido poderes de gerência quando ocorrido o fato gerador do tributo não pago, conforme autoriza o Código Tributário Nacional.

57. Os serviços públicos, a fim de justificarem a cobrança da espécie tributária denominada taxa, de acordo com o que dispõe o Código Tributário Nacional, consideram-se

- (A) específicos, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos usuários.
- (B) divisíveis, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidades pública.
- (C) utilizados potencialmente pelo contribuinte, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.
- (D) utilizados potencialmente pelo contribuinte, quando por ele usufruídos a qualquer título.
- (E) utilizados efetivamente pelo contribuinte, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.

58. Recentemente, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu teses relativas à base de cálculo do Imposto sobre a Transmissão onerosa de Bens Imóveis e direitos a eles relativos (ITBI).

Assinale a alternativa que corresponde a uma dessas teses.

- (A) O valor da transação declarado pelo contribuinte goza de presunção condizente com o valor de mercado, não podendo ser afastada pelo fisco mediante instauração de processo administrativo próprio.
- (B) A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens imóveis, utilizado no cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano, conforme determinado pelo Código Tributário Nacional, na medida em que foi recepcionado pela Constituição Federal em caráter de lei complementar.
- (C) A base de cálculo do ITBI é o valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, não estando vinculada à base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), que nem sequer pode ser utilizada como piso de tributação.
- (D) O município pode arbitrar previamente a base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido de forma unilateral, por se tratar de imposto de sua competência.
- (E) Cabe ao Congresso Nacional estabelecer, por decreto legislativo, a base de cálculo do imposto e ao Senado Federal suas alíquotas máximas e mínimas.

59. Na repartição das receitas tributárias, pertencem aos Municípios 25% da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), sendo certo que as parcelas dessa receita serão creditadas de acordo com os critérios previstos constitucionalmente, sendo _____%, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas ao ICMS ocorridas em seus territórios e até _____%, de acordo com o que dispuser a lei estadual, observada, obrigatoriamente, a distribuição de, no mínimo, 10 pontos percentuais com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerando o nível socioeconômico dos educandos.

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas.

- (A) 30 ... 70
- (B) 65 ... 35
- (C) 75 ... 25
- (D) 25 ... 75
- (E) 35 ... 65

- 60.** Com a ocorrência do fato gerador tributário, surge, entre o sujeito ativo e passivo, o vínculo obrigacional ao qual se denomina obrigação tributária.
- Acerca das modalidades de obrigação tributária, é correto afirmar que
- (A) o fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou abstenção de ato que não configure obrigação principal.
 - (B) embora seus objetos sejam distintos, extinta a obrigação principal, extingue-se a obrigação acessória, porque a primeira é o fundamento de validade da segunda.
 - (C) a obrigação principal tem por objeto o pagamento de tributo, enquanto que o objeto da acessória é o pagamento de multa, razão pela qual são obrigações independentes.
 - (D) a obrigação acessória depende da prévia existência de uma obrigação principal, sem a qual seu surgimento se inviabiliza.
 - (E) a obrigação principal decorre das normas complementares tributárias e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas, no interesse da arrecadação e fiscalização de tributos.
- 61.** Conforme assegurado pelo Código Tributário Nacional, o crédito tributário goza de garantias e privilégios que lhes são próprios. A respeito dos privilégios que, assim, lhe são conferidos, é certo que o crédito tributário na falência
- (A) é considerado concursal quando decorrente de fatos geradores ocorridos no curso do processo da falência.
 - (B) prefere aos créditos decorrentes do acidente do trabalho, podendo a lei estabelecer limites e condições para a preferência dos decorrentes da legislação do trabalho.
 - (C) prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, respeitados apenas os créditos decorrentes da legislação do trabalho.
 - (D) não prefere aos créditos com garantia real, no limite do bem gravado e a multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.
 - (E) prefere aos créditos extraconcursais e às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar.
- 62.** Movida ação de execução fiscal em face de João Maduro para cobrança da dívida pública no valor de R\$ 150.000,00 e cujo credor é a Fazenda Pública do Município de São Paulo, necessária a citação de João para que pague a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garanta a execução, observadas as normas da Lei nº 6.830/1980.
- Ocorre que João, encontrando-se ausente do País, deverá ser citado por
- (A) carta rogatória, com prazo de 30 dias.
 - (B) edital, com prazo de 60 dias.
 - (C) edital, com prazo de 30 dias.
 - (D) carta rogatória, com prazo de 90 dias.
 - (E) edital, com prazo de 15 dias.
- 63.** Determina a Lei nº 6.830/1980 que à Dívida Ativa da Fazenda Pública, de qualquer natureza, aplicam-se as normas relativas à responsabilidade prevista na legislação tributária
- (A) civil e penal.
 - (B) administrativa e financeira.
 - (C) civil e comercial.
 - (D) administrativa e penal.
 - (E) civil e financeira.
- 64.** O Código Tributário Nacional estabelece a ordem sucessiva que deve ser utilizada pela autoridade competente para, na ausência de disposição expressa, aplicar a legislação tributária, caso em que, seguindo a referida ordem, deverá utilizar em terceiro lugar
- (A) a equidade.
 - (B) os princípios gerais de direito tributário.
 - (C) a analogia.
 - (D) os princípios gerais de direito constitucional.
 - (E) os princípios gerais de direito público.
- 65.** No que se refere ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), é correto afirmar que
- (A) poderá ter suas alíquotas alteradas pelo Poder Executivo dentro do mesmo exercício financeiro em que for exigível.
 - (B) sua finalidade é eminentemente fiscal, na medida em que o produto de sua arrecadação visa principalmente o abastecimento dos cofres públicos.
 - (C) será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.
 - (D) poderá ser objeto de lei isentante, mas não de imunidade específica.
 - (E) possui como características principais a seletividade, a não-cumulatividade e a progressividade.
- 66.** Acerca das certidões, segundo a regência do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que é positiva, desprovida do efeito de negativa, a certidão que conste a existência de créditos
- (A) inadimplidos, em curso de cobrança executiva, antes de realizada a citação do devedor.
 - (B) abrangidos pela concessão de moratória.
 - (C) vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetuada a penhora.
 - (D) objeto de recurso, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
 - (E) discutidos em sede de mandado de segurança em que tenha sido concedida a liminar.

67. O Código Tributário Nacional, no que dispõe acerca da fiscalização tributária, impõe o denominado “sigilo fiscal”, vedando a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou seus servidores, de informações sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros, que tenham obtido em razão do ofício.

Nesse sentido, é

- (A) permitida a divulgação de informação relativa a incentivo, renúncia, benefício ou imunidade de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa física.
- (B) vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais.
- (C) permitida a divulgação de informação relativa a parcelamento ou moratória.
- (D) vedada a divulgação de informações relativas a inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública.
- (E) permitida a divulgação de informações sobre a natureza e o estado dos negócios ou atividades do sujeito passivo ou de terceiros.

68. Embora a Constituição Federal confira imunidade específica ao imposto sobre a transmissão onerosa de bens imóveis e direitos a eles relativos (ITBI), é certo que essa não terá aplicação quando a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil. Com base no que dispõe o Código Tributário Nacional a esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) A atividade preponderante é caracterizada quando até 50% da receita operacional do adquirente, nos 3 anos anteriores e nos 5 anos subsequentes à aquisição, decorrer de atividades de compra e venda de bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
- (B) A atividade preponderante é caracterizada quando até 50% da receita bruta do adquirente, nos 3 anos anteriores e nos 5 anos subsequentes à aquisição, decorrer de atividades de compra e venda de bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
- (C) A preponderância da atividade do adquirente será considerada no caso de a transmissão de bens imóveis ou direitos a eles relativos ser realizada em conjunto com a totalidade do patrimônio do alienante.
- (D) Verificada a preponderância da atividade, de acordo com os critérios estabelecidos no Código Tributário Nacional, o imposto será devido, nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito nessa data.
- (E) Caso o adquirente inicie suas atividades após a aquisição, ou menos de 3 anos antes dela, a preponderância da atividade será apurada levando-se em conta os 5 primeiros anos seguintes à aquisição.

69. De acordo com o que estabelece a Constituição, o ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas títulos ou valores mobiliários (IOF), devido na operação de origem à alíquota mínima de 1%, assegurada a transferência do montante da arrecadação ao Município de origem no percentual de

- (A) 10%.
- (B) 25%.
- (C) 20%.
- (D) 50%.
- (E) 70%.

70. De acordo com a lei complementar federal que disciplina o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), é correto afirmar que o referido imposto incide sobre

- (A) os serviços de transporte intermunicipal quando a prestação envolva o fornecimento de mercadorias.
- (B) o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.
- (C) as exportações para o exterior do País, incluindo os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.
- (D) o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.
- (E) os serviços prestados que caracterizam atividade-meio para atingir atividades-fins, no caso a exploração de telecomunicações.

71. Tendo por base os enunciados das Cortes Superiores, no que concerne ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), assinale a alternativa correta.

- (A) O ISS não incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis.
- (B) O imposto sobre serviços incide sobre os depósitos, as comissões e taxas de desconto, cobrados pelos estabelecimentos bancários.
- (C) O ISS não incide sobre o valor de serviços de assistência médica, incluindo-se neles as refeições, os medicamentos e as diárias hospitalares.
- (D) No tocante à base de cálculo, o ISSQN incide apenas sobre a taxa de agenciamento quando o serviço prestado por sociedade empresária de trabalho temporário for de intermediação, devendo, entretanto, englobar também os valores dos salários e encargos sociais dos trabalhadores por ela contratados nas hipóteses de fornecimento de mão de obra.
- (E) O fornecimento de concreto, por empreitada, para construção civil, preparado no trajeto até a obra em betoneiras acopladas a caminhões, não é prestação de serviço, sujeitando-se apenas à incidência do ICMS.

- 72.** No que se refere ao abuso de formas no planejamento tributário, é correto afirmar que
- (A) precede a ocorrência do fato gerador e gera multa simples.
 - (B) caracteriza fraude fiscal, ainda que não pressuponha dolo, e gera multa qualificada.
 - (C) é considerado evasão fiscal, pressupõe dolo e gera multa qualificada.
 - (D) caracteriza sonegação fiscal, pressupõe dolo e gera multa simples.
 - (E) fica caracterizado após a ocorrência do fato gerador e gera multa qualificada.
- 73.** Prevista no Código Tributário Nacional, é causa que está relacionada ao crédito tributário, abrangendo exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede e não se aplicando às situações discriminadas pelo Código Tributário Nacional, podendo, ainda, ser concedida em caráter geral ou limitadamente. Trata-se de
- (A) moratória, como causa de suspensão do crédito tributário.
 - (B) transação, como causa de extinção do crédito tributário.
 - (C) anistia, como causa de exclusão do crédito tributário.
 - (D) remissão, como causa de extinção do crédito tributário.
 - (E) isenção, como causa de exclusão do crédito tributário.
- 74.** O Prefeito de determinado Município atualiza monetariamente em 3%, por meio de decreto publicado em maio de 2022, a base de cálculo da planta genérica de valores, para fins do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) a ser exigido em 2023. Na situação hipotética, sabendo-se que, no ano de 2022, a inflação oficial foi de 5,8%, é correto afirmar que a medida adotada é
- (A) ilegal por afronta ao dispositivo do Código Tributário Nacional que exige lei para regular a matéria.
 - (B) inconstitucional, porque há ofensa ao princípio da legalidade.
 - (C) ofensiva ao princípio da legalidade e também ao da anterioridade.
 - (D) válida, porque o município pode alterar, por decreto, a base de cálculo do imposto por não se tratar de matéria sujeita à reserva legal.
 - (E) válida, porque o Município pode atualizar a base de cálculo por decreto, em percentual inferior ao índice oficial de correção monetária.
- 75.** Tratando-se de lançamento da modalidade por homologação, é correto afirmar que
- (A) é modalidade de lançamento que não admite a possibilidade de homologação pelo decurso do tempo.
 - (B) o crédito estará constituído após ulterior homologação por parte do Fisco em razão de sua competência privativa para realizar o lançamento.
 - (C) é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre a matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.
 - (D) a entrega da declaração pelo contribuinte reconhecendo o débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.
 - (E) estando o crédito definitivamente constituído, não mais estará sujeito à revisão de ofício.
- 76.** A Lei Complementar nº 123/2006, ao disciplinar o tratamento diferenciado para a microempresa e para empresas de pequeno porte, determina que a atribuição de apreciar a necessidade de revisão dos valores nela expressos cabe
- (A) à Superintendência do Simples Nacional.
 - (B) ao Tribunal de Contas da União.
 - (C) ao Comitê Gestor do Simples Nacional.
 - (D) à Superintendência da Receita Federal.
 - (E) à Secretaria da Receita Federal.
- 77.** De acordo com o que estabelece a Lei Complementar nº 123/2006, é correto afirmar que
- (A) o instituto do MEI é uma política pública que tem por objetivo a legalização de pequenos e médios empresários, cuja formalização tem caráter eminentemente econômico e fiscal.
 - (B) poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na referida lei complementar as pessoas jurídicas constituídas sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo.
 - (C) o MEI constituído na forma de *startup* poderá optar pela sistemática de recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional, em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês.
 - (D) o empresário individual que exerça atividade de comercialização e processamento de produtos de natureza extrativista, observadas as condições estabelecidas na referida lei complementar, poderá optar pela sistemática de recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional.
 - (E) o desenquadramento do empresário individual como microempresa implicará alteração ou restrição em relação a contratos por ela anteriormente firmados.

78. No tocante à fiscalização do cumprimento das obrigações principais e acessórias relativas ao Simples Nacional, bem como à verificação da ocorrência das hipóteses previstas na Lei Complementar nº 123/2006, é correto afirmar que

- (A) na hipótese de ocorrência de prestação de serviços, sujeita ao ISS por estabelecimento localizado no Município, é indispensável a celebração de convênio entre este e a Secretaria das Finanças do Estado em que estiver localizado, sob pena de nulidade de eventual autuação.
- (B) a competência para autuação por descumprimento de obrigação acessória é privativa da administração tributária perante a qual a obrigação deveria ter sido cumprida.
- (C) às Secretarias de Fazenda ou Finanças dos Estados é vedado celebrar convênios com os Municípios de sua jurisdição com a finalidade de atribuir a estes a função fiscalizatória, por se tratar de competência privativa dos referidos órgãos.
- (D) a competência para o exercício da atividade de fiscalização é exclusiva da Secretaria da Receita Federal, tendo em vista se tratar de obrigações estabelecidas por lei complementar federal.
- (E) o valor não pago, apurado em procedimento de fiscalização, será exigido em lançamento indireto pela autoridade que realizou a fiscalização.

79. No que se refere ao acesso aos mercados, a Lei Complementar nº 123/2006 assegura nas licitações, como critérios de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou, até o percentual que estabelece, superiores à proposta mais bem classificada. Na modalidade Pregão, o intervalo percentual será de até _____ superior ao melhor preço.

Nos termos da lei, completa, corretamente, a lacuna o percentual de

- (A) 5%
- (B) 10%
- (C) 50%
- (D) 15%
- (E) 20%

80. Nos termos que autoriza a Lei Complementar nº 123/2006, a sociedade de propósito específico

- (A) poderá ser integrada por pessoas jurídicas, desde que ao menos uma delas seja optante pelo Simples Nacional.
- (B) apurará o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas com base no lucro presumido.
- (C) deverá apurar a Cofins e a Contribuição para o PIS/PASEP de modo cumulativo.
- (D) poderá exercer atividade vedada às microempresas e empresas de pequeno porte, ainda que optantes pelo Simples Nacional.
- (E) não terá direito a créditos relativos a impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional na aquisição de bens destinados por ela à exportação.

